

Brasília, 12 de maio de 2025.

RELATO DA REUNIÃO COM O MEC EM 05 DE MAIO DE 2025

FASUBRA discute cumprimento de acordo da última greve em reunião com o MEC

Na tarde desta segunda-feira (5), a FASUBRA Sindical participou de uma reunião na Secretaria Executiva do Ministério da Educação (MEC) para tratar do cumprimento integral do termo de acordo firmado ao fim da última greve dos Técnico-Administrativos em Educação, que durou 113 dias.

Representaram a FASUBRA no encontro as dirigentes Cristina del Papa, Ivanilda Reis, Lucimara da Silva, Melissa Elaine Campos, Márcia Abreu e Cláudia Lóssio. Pela Secretaria Executiva do MEC, participaram Leonardo Barchini e Gregório Grisa.

Durante a reunião, a FASUBRA informou ao secretário-executivo Leonardo Barchini sobre o prazo final para a prorrogação do termo de acordo até o próximo dia 31 de maio, e reforçou a deliberação da plenária nacional de que a categoria se encontra em estado de greve, com mobilizações sendo realizadas em todo o país até que o acordo seja cumprido na íntegra. Caso o termo não seja respeitado, a categoria está preparada para construir uma nova greve, em resposta ao descumprimento do que foi pactuado.

Diante da gravidade da situação, os representantes do MEC solicitaram que a deliberação da FASUBRA sobre o estado de greve seja enviada oficialmente ao ministério, a fim de que possam discutir o tema diretamente com o MGI e agilizar o processo de cumprimento do acordo.

O MEC comprometeu-se a encaminhar uma resposta urgente à FASUBRA até o final desta semana sobre a implementação das regras de transição na carreira, bem como a convocar, com urgência, a Comissão Nacional de Supervisão da Carreira (CNSC).

Entre os principais pontos debatidos, destacou-se a discussão sobre as regras de transição do desenvolvimento na carreira, item sobre o qual já havia entendimento firmado no pleno da CNSC e com o MEC, conforme previsto no acordo de greve. No entanto, até o momento,

não houve devolutiva oficial por parte do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI). O MEC reafirmou que retomará o diálogo com o MGI para reafirmar a posição pactuada na CNSC.

Também foram discutidas pautas de competência específica do MEC que seguem sem posicionamento oficial, como a hora ficta, que já foi analisada e recebeu parecer favorável do MEC, mas ainda aguarda a emissão de uma instrução geral de implementação às universidades. Sem essa diretriz, os profissionais dos hospitais universitários permanecem desassistidos.

Outro ponto abordado foi a jornada de 30 horas, incluída no acordo como competência do MEC, mas que foi transferida unilateralmente para a Mesa do MGI. A FASUBRA solicitou a retomada urgente dessa pauta pelo MEC, como forma de garantir o cumprimento do acordo.

Durante a reunião também foi discutido o Decreto nº 9.991/2019, que trata do plano de capacitação para universidades e institutos federais. A FASUBRA reiterou a importância estratégica desse tema para o desenvolvimento e valorização dos servidores Técnico-Administrativos em Educação (TAEs).

A FASUBRA reforçou ainda a necessidade de que o ministro da Educação, Camilo Santana, assumira um posicionamento político firme em favor da categoria, defendendo os avanços pactuados e priorizando o diálogo com as representações dos servidores.

O secretário-executivo do MEC, Leonardo Barchini, afirmou que o ministério lutará com todas as forças pelo cumprimento integral do acordo, encerrando a reunião com esse compromisso.

A FASUBRA orienta as entidades de base a manterem a pressão e intensificarem as mobilizações, buscando o apoio das reitorias e exigindo que as regras de transição sejam incluídas já na próxima folha de pagamento, conforme pactuado no termo de acordo da greve.

COMUNICADO DA DIREÇÃO NACIONAL DA FASUBRA

A Direção Nacional da FASUBRA, após avaliação da atual conjuntura e considerando o prazo de 20 dias da prorrogação para que o governo cumpra integralmente o acordo de greve, orienta as entidades de base a manterem a pressão por meio de paralisações, sempre que houver reuniões com o governo.

Desta forma, informamos que a caravana a Brasília foi remarcada para o dia 23 de maio de 2025, devido à realização da reunião do Grupo de Trabalho - PCCTAE com o governo.

Reforçamos, ainda, a importância da manutenção das paralisações nas bases nos dias 22 e 23 de maio, como forma de mobilização e busca de apoio junto aos reitores.

Entre os pontos em debate no cenário nacional da educação, destacamos o recente anúncio de suplementação financeira e investimentos no valor de R\$ 3,77 bilhões nas universidades federais, por meio do Novo PAC, com previsão de liberação em junho, deste ano. No entanto, é necessário esclarecer que tais recursos são destinados exclusivamente à novas obras, à retomada de obras paralisadas e à consolidação de projetos de estruturação da rede federal de ensino. Esses valores não se referem às verbas de custeio, que são fundamentais para a manutenção das atividades rotineiras das instituições.

Diante dessa realidade, as universidades e institutos federais têm sido forçados a reduzir despesas operacionais para garantir seu funcionamento, o que compromete diretamente as atividades acadêmicas e administrativas.

As instituições vivem um momento desafiador, que impacta diretamente despesas básicas como água, energia, limpeza, vigilância, bolsas estudantis, além de ensino, pesquisa e extensão — atividades que beneficiam toda a sociedade, em áreas como saúde, cultura e educação. Portanto, é fundamental que novos recursos sejam destinados ao custeio das nossas instituições.

Por isso, reforçamos a importância da unidade e participação efetiva de toda a categoria nas paralisações e na caravana de luta marcada para maio.

Por fim, a Direção Nacional reforça a importância de que as entidades de base informem à FASUBRA, por meio do e-mail secretaria@fasubra.org.br, como se dará sua participação

na caravana do dia 23 de maio.

Lembramos, também, da necessidade de enviar relatórios das paralisações e fotos dos dias 5, 12, 22 e 23 de maio.

12/05/2025, 16:29

Email – Secretaria Fasubra – Outlook

De: srt.deret <srt.deret@gestao.gov.br>

Enviado: segunda-feira, 12 de maio de 2025 14:08:18 (UTC) Coordinated Universal Time

Assunto: (CONVITE) Reunião do Grupo de Trabalho – PCCTAE

Prezados(as) Senhores(as),

Encaminhamos, abaixo, convite para a **Reunião do Grupo de Trabalho – PCCTAE**, em cumprimento ao previsto no Termo de Acordo nº 11/24.

Serão objetos de discussão do Grupo de Trabalho os seguintes temas:

Cláusula oitava - No período de agosto a dezembro de 2024 será criado GT no MGI, com a participação do MEC e das entidades sindicais, para análise e levantamento de impactos relativos ao contingente de servidores que permaneceram no PUCRECE e que desejam a reabertura de prazo para adesão ao PCCTAE. Em se constatando a viabilidade, a medida será implantada em 2025.

Cláusula nona - O reposicionamento dos aposentados, por ocasião da criação do PCCTAE, e que foram enquadrados considerando o tempo de serviço público federal, será tratado em GT no MGI/MEC-CNS, com a participação das entidades representativas, para análise e levantamento de impacto, no período entre agosto e dezembro de 2024. Em se constatando a viabilidade, a medida será implantada em 2025.

(...)

Cláusula décima primeira - A proposta institucionalização do plantão de 12 horas x 60 horas para servidores dos Hospitais Universitários e vigilantes que trabalham em regime de plantão ou escala, será objeto de tratamento em GT no MGI, com a participação das entidades representativas, no período de agosto a dezembro de 2024.

Cláusula décima terceira - O Ministério da Educação - MEC, no âmbito de suas competências e atuação, promoverá estudos, no prazo de 180 dias após a assinatura do presente Termo, e dará encaminhamento para implementação em 2025, por intermédio da Comissão Nacional de Supervisão - CNS/PCCTAE e da Mesa Setorial do MEC, às seguintes demandas, de "a" a "j":

(...)

g. jornada de trabalho de 6 horas ininterruptas (30 horas semanais) para todos os TAES, sem redução da remuneração;

h. carga horária das profissões regulamentadas;

Solicitamos a indicação de, no máximo, 2 (dois) representantes por cada entidade sindical, **até o dia 21/05/2025**, para o e-mail srt.deret@gestao.gov.br.

Para melhor funcionamento do Grupo de Trabalho, pedimos que as entidades sindicais indiquem representantes que, de fato, tenham conhecimento e domínio em relação aos temas a serem debatidos.



Reunião do Grupo de Trabalho
Termo de Acordo nº 11/24
PCCTAE

MNNP
MESA NACIONAL DE NEGOCIAÇÃO PERMANENTE

Data: 23/05/2025
Horário: 10h00
Local: MGI
Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos
Esplanada dos Ministérios, Bloco C, Sala 978
Brasília/DF

MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS
GOVERNO FEDERAL

Atenciosamente,

Diretoria de Relações de Trabalho no Serviço Público

DERET/SRT/MGI

Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos

 srt.deret@gestao.gov.br

 (61) 2020-1230

V ENCONTRO NACIONAL LGBTI+ FASUBRA

A FASUBRA Sindical realizará, nos dias 16, 17 e 18 de maio de 2025, no auditório do SINTFUB, no campus da UnB, em Brasília (DF), o Encontro Nacional LGBTI+, reunindo técnico-administrativos em educação de todo o país para discutir os desafios enfrentados por trabalhadores LGBTI+ nas instituições federais de ensino e nos sindicatos.

Com o tema “Educação Anti-lgbtfóbica: Desafios e Perspectivas para a Inclusão e Respeito dos Técnico-administrativos LGBTI+ nas Instituições Federais de Ensino, e Sindicatos”, o encontro pretende fomentar o debate sobre políticas de inclusão, combate à discriminação e valorização nos espaços educacionais e sindicais.

Na programação do encontro estão previstas debates, oficinas, roda de conversa e apresentações culturais.

A Direção da FASUBRA reforça que a construção de uma educação verdadeiramente democrática e inclusiva, passa pelo enfrentamento de toda forma de opressão, entre elas a lgbtfobia.

Lembramos, na oportunidade, que o credenciamento será realizado com o preenchimento e envio do formulário até o dia 14/05/2025.

Procure o seu Sindicato e faça a sua inscrição.

PROGRAMAÇÃO:

Dia 16/05/2025 (sexta-feira)

- * 08h às 12h: Credenciamento
- * 09h às 10h: Mesa de Abertura
- * 10h às 11h: Mesa 1: “Educação anti-lgbtfóbica: desafios nas Instituições de Ensino e Organizações Sindicais
- * 11h às 12h: Debate
- * 12h às 14h: Almoço
- * 14h às 15h30: Grupos de Trabalho (GT) – “Práticas Educativas Inclusivas e Ação Sindical”
- * 15h30 às 16h: Lanche
- * 16h às 17h30: Oficinas (teatro / dança)
- * 18h30 às 20h: Atividade Cultural: Mostra de filmes sobre Diversidade LGBTI+ e debate

Dia 17/05/2025 (sábado)

- * 09h às 10h: Mesa 2: “Saúde Mental da Comunidade LGBTI+ em ambientes acadêmicos e sindicais”
- * 10h às 11h: Debate
- * 11h às 11h30m: Mesa 3: Letramento, Gênero e Diversidade
- * 11h30 às 12h: Debate
- * 12h às 14h: Almoço
- * 14 às 15h: Grupos de Trabalho (GT) – “Saúde Mental da Comunidade LGBTI+ nas Instituições Federais de Ensino e nas Entidades Sindicais” e “Letramento, Gênero e Diversidade”
- * 15h às 15h30: Lanche
- * 15h30 às 17h: Oficinas (teatro / dança)
- * 19h30 às 23h: confraternização (catraca)

Dia 18/05/2025 (Domingo)

- * 09h às 10h: Mesa 4: “O Papel dos Sindicatos na Promoção de uma Educação Anti-lgbtfóbica”
- * 10h às 10h30m: Debate
- * 10h30m às 12h: Atividade Cultural – Apresentação dos trabalhos das oficinas
- * 12h às 14h: Almoço
- * 14h às 15h: Encaminhamentos
- * 15h às 15h30: Encerramento

DECRETO 10.620

A FASUBRA está lutando para derrubar o Decreto 10.620 do governo Bolsonaro, desde fevereiro de 2021. No limite do prazo para encaminhamento dos aposentados e pensionistas das autarquias e fundações para o INSS foi feito um acordo com o presidente do órgão, adiando o cronograma para depois das eleições presidenciais.

Na transição para o Governo Lula encaminhamos o pedido de derrubada do Decreto, mas o Governo optou por publicar o Decreto 11.756, em outubro de 2023, suspendendo a centralização e prorrogando o prazo de discussão, passando a competência de prorrogação por mais um ano pela Portaria 9.358 de 16/12/2024 do MGI. Recentemente, preocupada com o tempo exíguo para tratar do assunto, a direção da FASUBRA procurou o Senador

Paulo Paim (PT) que tinha um PLD para derrubar o Decreto 10.620 e sua assessoria informou que havia uma inconsistência no PDL e aconselhou a procurar o deputado Jorge Solla (PT). Na reunião, o deputado, imediatamente, nos informou que havia a discussão sobre a formação de um órgão específico para tratar das aposentadorias do RPPS (Regime Próprio da Previdência Social), e telefonou para o MGI sendo informado que estão produzindo um substitutivo para a CASP (Comissão de Administração do Serviço Público), onde se encontra o PLP 189/2021, que cria a Unidade Gestora Única. A FASUBRA procurou, então, o deputado Waldemar Oliveira (Avante), que hoje é o relator do PLP. Sua assessoria informou que o Deputado está aguardando o Substitutivo do MGI para fazer o relatório. Diante dessa situação, a FASUBRA preocupada por desconhecer o teor do substitutivo, procurou o líder do Governo na Câmara, Deputado José Guimarães (PT) e sua assessoria se comprometeu a falar com o MGI para mais detalhes e também para tentar uma reunião de representantes da FASUBRA com a comissão. A luta não para, precisamos entender que estamos à beira de nova eleição e não podemos deixar essa parcela da categoria nessa situação de fragilidade, sem saber o que vai acontecer no momento seguinte.

FASUBRA PARTICIPA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA NO SENADO SOBRE NOVO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

A FASUBRA Sindical participou, na manhã desta terça-feira (6), da quarta audiência pública realizada no Senado Federal sobre o novo Plano Nacional de Educação (PNE), que terá vigência de 2025 a 2034. O encontro foi promovido pela Comissão de Educação e Cultura do Senado e reuniu senadores, professores, técnico-administrativos e demais trabalhadores da área da educação.

Representando a federação estiveram presentes o coordenador LGBTI, André Nascimento e o coordenador de Educação, Sandro Pimentel, que integrou a mesa de debates e participou remotamente. Em sua apresentação, Pimentel destacou a precarização das condições de trabalho nas instituições federais de ensino, defendeu a inclusão dos técnico-administrativos em educação (TAEs) como sujeitos ativos nas diretrizes do novo plano e apresentou propostas concretas sobre os temas do financiamento, autonomia e democracia universitária, além da valorização aos TAES.

A audiência integra um ciclo de 13 encontros públicos que analisam o Projeto de Lei (PL) 2.614/2024, encaminhado pelo Poder Executivo. A proposta estabelece metas e diretrizes para orientar a política educacional brasileira na próxima década. Atualmente, o projeto tramita na Câmara dos Deputados e, após essa etapa, seguirá para apreciação no Senado.

A FASUBRA reafirma seu compromisso com a defesa da educação pública, gratuita, inclusiva e de qualidade, e seguirá acompanhando de perto as discussões do novo PNE, lutando para que os trabalhadores da educação sejam ouvidos e incluídos nas decisões que impactam diretamente suas vidas e condições de trabalho.

SEMINÁRIO: “PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA PELA GARANTIA DA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE NO BRASIL”.

A FASUBRA Sindical marcou presença no seminário "Plano Nacional de Educação Antirracista pela Garantia da Educação de Qualidade no Brasil", reafirmando seu compromisso com a construção de políticas públicas mais inclusivas e comprometidas com a igualdade racial.

O seminário foi promovido pelo Coletivo de organizações negras do PNE antirracista, com apoio da Sen. Tereza Leitão.

A coordenação LGBTI+ da FASUBRA, representada por André Nascimento e Luar Santana, participou das discussões promovidas durante o evento, que reuniu movimentos sociais, educadores, especialistas e representantes de entidades sindicais.

O principal objetivo do seminário foi debater e propor ações concretas para o desenvolvimento de um Plano Nacional de Educação Antirracista, que enfrente as desigualdades históricas no sistema educacional brasileiro e promova uma educação pública, gratuita, de qualidade, comprometida com os direitos humanos e a justiça racial estabelecendo financiamento específico para o combate das desigualdades, por meio da estruturação das escolas quilombolas, do campo e escolas públicas.

Durante os debates, foram destacadas a importância da formação de profissionais da

educação com enfoque antirracista, a valorização da história e da cultura afro-brasileira e indígena nas escolas, além da necessidade de ampliar o acesso à educação para populações marginalizadas.

A participação da FASUBRA no seminário reforça seu papel ativo na luta por uma educação transformadora, inclusiva e antidiscriminatória, alinhada aos princípios da equidade e do respeito à diversidade.

Atualização da NR-1

Em 26 de maio de 2025, entra em vigor a atualização da NR 1, norma regulamentadora que estabelece diretrizes gerais de segurança e saúde no trabalho, essa norma passa a reconhecer que algumas das doenças psicossociais identificadas em parte dos trabalhadores e trabalhadoras, podem estar sendo causadas no ambiente de trabalho. Essa atualização da norma exige que as empresas identifiquem as situações de riscos ocupacionais para a saúde mental e as gerenciem a fim de atuar preventivamente.

Esta é uma importante conquista para as trabalhadoras e trabalhadores, porque é uma admissão de que doenças psicossociais podem ser provocadas pelos ambientes ocupacionais, reconhecendo que ambientes laborais podem ser não só fisicamente insalubres, mas também podem promover relações interpessoais tóxicas, assumindo o assédio moral como uma patologia social que pode se tornar endêmica, se não tratada adequadamente, levando à depressão, ansiedade e outras doenças e transtornos mentais.

Nas IES (Instituições de Ensino Superior) as reclamações são cada vez mais recorrentes, provocando afastamentos e evidenciando ambientes insalubres quando se fala de saúde mental. O assédio moral desestrutura o trabalhador e a trabalhadora, e a ordem burguesa que se aprofunda no serviço público, tende a invisibilizar o sofrimento psíquico impetrado no ambiente de trabalho. Nas IES, as chefias, direções e reitorias, em geral, não adotam políticas institucionais que promovam ambiente organizacional saudável e nem oferecem tratamento adequado para o servidor/servidora ou outros membros da comunidade acadêmica que sofrem com o assédio e outra opressão.

Nesse sentido, recomendamos às entidades sindicais de base, atenção redobrada ao tema ASSÉDIO MORAL e SEXUAL. Solicitamos que nos respondam se tem trabalho a esse respeito, se tem material impresso ou digital e protocolos de ação. Aguardaremos respostas até o dia 31 de maio de 2025.

CALENDÁRIO

MAIO

12	Reunião com o MEC
16 a 18	Encontro Nacional LGBTQIA+
22 e 23	Paralisação de 48h
23	Caravana à Brasília (Reunião GT PCCTAE-MGI)

JUNHO

02 e 03	Encontro Jurídico e Seminário para discutir a decisão do STF sobre regimes e contratações (virtual)
06 e 07	Encontro Nacional da Mulher Trabalhadora
13, 14 e 15	Plenária Nacional – Brasília-DF.

OUTUBRO

06 a 10	XXXI Seminário Nacional da Segurança das IPES e EBTTs
----------------	--